

Resumo: O autor começa seu artigo convidando a “conhecer um pouco mais” sobre o Ecumenismo. Já é a terceira Campanha da Fraternidade Ecumênica (CFE), e pouco se fala a nível paroquial sobre o tema. A seguir, descreve os “primeiros passos rumo à realização de uma ação ecumênica conjunta”. Recorda, então, a primeira CFE, no ano 2000, “primeira realização do sonho”. Faz memória também da CFE 2005: “uma ação em busca da solidariedade e da paz”. Voltando-se agora para esta CFE 2010, apresenta-a como uma Campanha “voltada aos desafios e perspectivas em prol da Vida”. Nesse sentido, chama a atenção para “a economia brasileira em tempos de globalização” e, comentando a “queda das ideologias”, acena para a “possibilidade de mudanças”. Na conclusão, autor insiste na espiritualidade de comunhão, e na própria unidade entre nós, para que esta CFE 2020 atinja seus objetivos.

Abstract: The author begins by raising the readers’ interest to get acquainted with Ecumenism. In fact it is the third approach to Ecumenism in the last two Campanha de Fraternidade (CFE), although not many publications on this subject have circulated on a parochial level. Just to remember in the year 2000 appeared an article on “the first conversion of a dream”. Later on in 2005 mention was made in the CFE of a “quest for solidarity and peace”. In this year of 2010 a new approach comes to the fore in terms of “challenges and perspectives for the benefit of life on earth”. In this sense, attention is given to “the Brazilian economy opening up to a global dimension”. Implied in this perspective pertinent comments are added on the “erosion of ideologies” hinting at a “possibility of more changes”. In the conclusion the author offers a new insight on a spirituality of communion and unity among social groups so that the CFE of 2020 may achieve the goals already envisaged.

Campanha da Fraternidade: uma ação ecumênica conjunta em prol da vida

*Antônio Lopes Ribeiro**

* O autor é Graduado em Pedagogia, Teologia, pós-graduado em Diálogo Ecumênico e Interreligioso pelo ITESC/SC e mestrando em Ciências da Religião, na PUC/GO.



Introdução

Tornou-se comum no meio ecumênico ouvir-se esta máxima: “O que nos une, é maior do que o que nos separa”. Para que haja diálogo entre cristãos católicos e protestantes, é preciso valorizar aquilo que se tem em comum, deixando de lado as diferenças e os rancores. Se pararmos no nível das diferenças e não procurarmos ir além, jamais alcançaremos o caminho que leva para o diálogo e à descoberta da fé comum.

Embora seja um desejo do próprio Cristo, expresso em sua oração sacerdotal, “*para que todos sejam um*” (Jo 17,21), infelizmente muitos não conseguem, não procuram ou não querem romper as barreiras que dividem cristãos católicos e protestantes. Dom Eurico dos Santos Veloso (2007), Arcebispo Metropolitano de Juiz de Fora, MG, sabiamente nos ensina que “o ecumenismo não é uma convivência social. É uma afirmação nos fundamentos da verdadeira Igreja, independente de denominações adjetivas, que se procuram superar no afã de realizar o desejo ardente de Cristo ‘*que todos sejam um*’”. O ecumenismo, diz Dom Eurico, deve ser a “expressão dessa unidade. Superando as divisões, frutos do pecado, deixemo-nos impregnar do Espírito Santo e, unidos pela força redentora do Amor, transformemos o mundo, antecipemos e vivamos o glorioso dia do Senhor”.

1 Conhecendo um pouco sobre o ecumenismo

Atualmente, apenas uma pequena minoria católica sabe o que seja ecumenismo. Estamos já na terceira CFE e pouco se fala a nível paróquial sobre esse movimento. Essa ignorância lamentavelmente se deve ao pouco interesse por parte de nossos párocos, e até mesmo de bispos, por esse movimento. Embora haja diversos documentos do Magistério da Igreja que conclamam os católicos em geral ao diálogo ecumênico com as outras Igrejas Cristãs, pouco se faz no sentido não só de sua divulgação, como também de sua prática.

Etimologicamente, o termo ecumênico tem sua raiz no grego “*oikouménē*”, significando “‘o mundo habitado’ ou seja, o mundo ‘civilizado’, oposto ao ‘bárbaro’” (VERCRUYSSSE, 1998, p. 13). Porém, esse termo sofreu evolução, assumindo hodiernamente um sentido bem diferente do etimológico. Esse adjetivo atualmente é usado em dois sentidos diferentes. No sentido tradicional da linguagem eclesiástica, é empregado em expressões tais como: “patriarca ecumênico” ou



“concílio ecumênico”. Nesse sentido, a palavra ecumênico significa “a universalidade e a catolicidade externa da Igreja” (ibid, p. 12). No sentido novo, que se tornou comum, a palavra ganha outro significado. Durante a Primeira Guerra Mundial, o Arcebispo luterano Natahn Söberblom (apud NAVARRO, 1995, p. 11), sugeriu “a criação de uma ‘reunião internacional de Igrejas’ com a designação de ‘ecumênica’, para procurar resolver o problema da paz”. Propôs também a criação de uma espécie de Conselho Ecumênico das Igrejas, cuja idéia só veio a se concretizar bem mais tarde, em 1948, com a criação do Conselho Mundial de Igrejas. Somente em 1937 o termo ‘ecumênico’ designa já com toda clareza as relações amistosas entre as diferentes Igrejas com o expresso desejo de realizar a *Una Sancta* e de estreitar a comunhão entre todos os fiéis em Jesus Cristo (NAVARRO, 1995, p. 12). Ainda em Navarro, encontramos, dentre tantas outras, a que a nosso ver é a melhor definição para o termo:

O ecumenismo é uma atitude da mente e do coração que nos impele a olhar nossos irmãos cristãos separados com respeito, compreensão e esperança. Com respeito, porque os reconhecemos como irmãos em Cristo e os consideramos antes amigos do que oponentes; com compreensão, porque buscamos as verdades divinas que compartilhamos, embora reconheçamos honestamente as diferenças na fé que há entre nós; com esperança, que nos fará crescer juntos num conhecimento e num amor mais perfeitos de Deus e de Cristo (ibid, p. 13).

Antes do Concílio Vaticano II, a palavra ecumenismo era algo praticamente impossível de constar no vocabulário católico. Até então a Igreja mostrava-se muito reticente em seu uso. Vejamos uma definição dada pela Enciclopédia Católica, em 1950 (apud VERCRUYSSE, 1998, p. 13): “Em sentido próprio, ecumenismo é a teoria mais recente inventada pelos movimentos interconfessionais, especialmente protestantes, para chegar à união das Igrejas cristãs... Para os católicos, estão fechados os caminhos do ecumenismo, no sentido original do termo...”. Isso tinha um motivo: a forte rejeição mútua mantida entre protestantes e católicos, que se condenavam e impediam qualquer diálogo, principalmente devido às diferenças doutrinárias. Embora nos bastidores pré-conciliares existissem teólogos do naipe de Karl Rahner e Yves Congar, que não só estudavam a respeito do ecumenismo, mas já o praticavam, porém, de fato e oficialmente, somente com o Concílio Vaticano II abriram-se em definitivo as portas da Igreja Católica para o ecumenismo. Mesmo assim, os avanços no sentido do diálogo têm sido muito lentos de ambas as



partes, inclusive com a persistência de vários grupos cristãos contrários à prática ecumênica, o que tem dificultado muito.

A evolução do movimento ecumênico, cujos princípios são a unidade e o diálogo, se deu muito mais a nível institucional do que a nível interpessoal. O ideal ecumênico parece não atingir o fiel em si, tamanha a resistência em aceitar o ecumenismo. Poucos sabem que “participar do movimento ecumênico não significa uma falta de identificação confessional. Nenhuma Igreja precisa renunciar a suas convicções eclesiológicas para trabalhar em prol da unidade cristã” (SÁNCHEZ, 1989, p. 18). Porém, apesar de todo o esforço das instituições em busca do diálogo, inclusive com a realização da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, parece não se estar dando grandes passos. Os ideais do Vaticano II, cujas setas indicam o caminho da unidade dos cristãos, não ganharam força, e nem mesmo João Paulo II, um grande defensor da causa ecumênica, cujo pensamento está exposto de forma bastante evidente na sua Carta Encíclica *Ut Unum Sint*, de 25 de maio de 1995, e que passou toda sua vida lutando em prol da unidade dos cristãos, conseguiu fazer com que os católicos abraçassem de vez o ecumenismo. Mesmo assim, tanto a Igreja Católica quanto as Igrejas que compõem o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs - CONIC - estão sempre se esforçando e se lançando ao diálogo ecumênico, o que não deixa de ser um passo muito importante, pois a expectativa é de que, embora lentamente, o diálogo venha a acontecer em larga escala no seio das instituições cristãs.

2 Primeiros passos rumo à realização de uma ação ecumênica conjunta

O primeiro aceno na direção de uma ação ecumênica concreta foi dado pelo Papa Leão XIII, quando da promulgação da Encíclica *Provida Mater*, estabelecendo uma novena, “entre as celebrações da Ascensão e de Pentecostes, pela reconciliação dos cristãos” (BIZON, 2004, p. 115). Esse mesmo papa deu um caráter perpétuo a essa novena, ao decretar, na Encíclica *Divinum illud múnus*, de 1897, que a novena deveria ser feita sempre pelos católicos. Posteriormente, dois integrantes da Igreja Episcopal Anglicana, Paul James Wattson e Spencer Jones, propuseram no ano de 1908, em Graumorr, estado de Nova York, uma Oitava de Oração pela Unidade dos Cristãos (cf. p. 115). No ano de 1935, o Pe. Paul Couturier, promoveu em Lion, na França, “uma Semana de Oração pela unidade cristã de forma a ultrapassar a abrangência das iniciativas



anteriores, fundamentada na fórmula ‘que chegue a unidade visível do Reino de Deus tal como Cristo a quer, pelos meios que Ele quiser!’” (ibid). Por ocasião dessa semana de Oração, Yves Congar fez um discurso que seria o embrião da obra “Chrétiens desunis”, de sua autoria, a qual denominou de teologia de ecumenismo católico. Em 1966, iniciase um trabalho conjunto entre o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e o Pontifício Conselho pela Unidade dos Cristãos (PCPUC), no sentido da elaboração de um texto que culminaria na *Semana da Oração pela unidade dos cristãos*, em 1968, a qual se realiza entre a celebração da cátedra de Pedro e a conversão de São Paulo (ibid), no mês de janeiro, que, por conveniência, devido a se tratar de um período de férias, no Brasil acontece entre as celebrações da Ascensão e de Pentecostes. O material elaborado conjuntamente pela PCPUC e CM, apresentou pela primeira vez, em 1968, o tema “*Para o louvor da sua glória*” (Ef 1,14).

A realização de um trabalho conjunto de maior expressão, na área do ecumenismo, só viria a acontecer na virada do milênio, com a realização da **primeira Campanha da Fraternidade Ecumênica**, colocando em prática o sonho de um trabalho conjunto, no sentido da promoção humana, do teólogo luterano Oscar Cullmann (1902-1999), que antes do Concílio Vaticano II havia proposto uma “coleta ecumênica mútua: os católicos romanos fariam uma coleta para os protestantes e vice-versa” (SINNER, 2007, p. 69). Cullmann, que em sua teologia propunha a “unidade pela diversidade”, acreditava que isso ajudaria a vencer o clima de desconfiança mútua entre católicos e protestantes e também que sua proposta fosse “abraçada por irmãos e irmãs dos dois lados, mesmo sabendo que poderia levar muito tempo” (ibid). Esse sonho tornou-se realidade, com a realização da CFE.

Desde 1964, a Igreja Católica vem realizando a Campanha da Fraternidade, sempre por ocasião da Quaresma. É o tempo que a Igreja reúne seus fiéis para uma vivência mais profunda da vocação cristã e da prática da caridade. Atendendo aos apelos da Igreja para a promoção do diálogo com as igrejas cristãs, a CNBB quis dar uma dimensão ecumênica à Campanha da Fraternidade, por ocasião da celebração do Grande Jubileu da Encarnação, confiando ao CONIC a organização da CF de 2000, a primeira ecumênica, com o envolvimento de várias Igrejas no planejamento e na execução de tão importante movimento.



3 Campanha da Fraternidade ecumênica 2000: o sonho se realiza

A Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2000 tornou-se um marco histórico único, concretizando uma idéia que já vinha sendo fomentada há mais tempo, significando um avanço extraordinário do ecumenismo, no século que findava. Era também o símbolo do compromisso de marcar o futuro (cf. BRAKEMEIER, 1999, p. 163), e o principal: sinal de que “a condenação mútua das Igrejas cederia espaço para o espírito da fraternidade e a disposição de cooperar” (ibid). Com dois mil anos de cristianismo, tornou-se simbólica essa campanha ecumênica, no sentido da união entre cristãos católicos e protestantes. De fato, não se poderia celebrar dois milênios da vinda de Cristo, sem algo concreto que significasse a unidade dos cristãos.

O tema escolhido para a primeira Campanha da Fraternidade Ecumênica em 2000 foi “*Dignidade humana e paz*”, tendo como lema um “*Novo milênio sem exclusões*”, cujo compromisso era resgatar a dignidade humana “ferida nos porões da vida, à luz do sol e nos bastidores da política” (CONIC 2009, p. 16). Seu objetivo era “assumir a preocupação e o esforço de superar a violência e promover a dignidade humana e a paz, no centro da vida e do testemunho das Igrejas, organismos ecumênicos, redes, organizações não-governamentais, movimentos sociais populares, de modo a construir uma cultura de paz” (BINGEMER, 2003, p. 343). Vale lembrar que o tema escolhido para aquele ano encontrava eco em várias religiões e movimentos humanistas, estando presente também em correntes filosóficas tais como: Estoicismo e Renascença, Humanismo da Reforma e do Iluminismo, do Existencialismo, dentre outras (cf. BRAKEMEIER, 1999, p. 165). Portanto, não era um tema novo, mas que, embora sendo antigo, continuava atual e continua ainda hoje, principalmente na agenda de organizações que lutam pela paz, justiça e cidadania, tendo como bandeira e ponto de referência máxima a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU em 1948.

O tema dignidade humana é de abrangência universal e como tal não “admite atributos nacionais, raciais ou religiosos” (ibid, p. 167), o que leva conseqüentemente aqueles que se lançam a essa causa, a buscarem aliança entre si, não importando se sejam cristãos ou não. Ao escolher esse tema, que aparentemente não implica conotações religiosas, o CONIC tinha em vista sua similaridade com o Evangelho, principalmente



naquilo que se refere à criação do homem à imagem e semelhança de Deus, o que por si só o reveste de toda dignidade.

Sem dúvida, foi um grande desafio aquela primeira campanha ecumênica, principalmente no sentido de se abordar um tema tão importante como “dignidade humana e paz”. Quando se fala em paz, lembra-se sempre da guerra, como uma solução inevitável para alcançá-la. No entanto, onde houver a prática de qualquer ato de violência, mesmo que seja o menor possível, ali deixa de haver a paz. A pós-modernidade é marcada por um corolário de transformações que afetaram sobremaneira toda a humanidade. Embora pessoas no mundo inteiro tomem cada vez mais consciência sobre o respeito que se deve ter à dignidade da pessoa humana, por outro lado, nunca a humanidade esteve tão ameaçada, frente a tamanho poder para destruir a vida sobre o planeta. Em alguma parte do mundo, basta alguém apertar um pequeno botão e destruirá, senão o mundo inteiro, pelo menos grande parte dele. É a vida que está por um “click”. Paz parece ser algo praticamente inalcançável, apenas um sonho cada vez mais distante, pois não se pode ter paz enquanto alguém morre, principalmente de fome, em alguma parte do mundo. É dever de todos nós, cristãos, lutarmos pela paz, lembrando-nos sempre de que Cristo é a verdadeira paz. Quanto ao lema “*novo milênio sem exclusões*”, vale lembrar aqui a analogia do corpo: se uma unha encravada no dedo do pé dói, o corpo inteiro sofre. Assim também é no que se refere à dignidade humana: se alguém, em qualquer parte do mundo, é excluído, tal exclusão afeta a dignidade de toda a humanidade, pois “dignidade” é um valor universal. Vivemos numa sociedade de consumo, cujo desejo irrefreável de ter sempre mais, por si só já leva à exclusão.

4 CFE 2005: uma ação em busca da solidariedade e da paz

A segunda Campanha da Fraternidade Ecumênica, 2005, teve como tema “*solidariedade e paz*” e como lema “*Felizes os que promovem a paz*”. A iniciativa na organização e realização da CFE coube novamente ao CONIC, auxiliado por todas as Igrejas que dele faziam parte, inclusive a Católica. Os principais aspectos abordados na CFE daquele ano foram a violência, a solidariedade e a paz. Mais uma vez a Igreja Católica, e as Igrejas do CONIC uniram suas forças para, de forma solidária e ecumênica, conscientizarem todos os cristãos e não cristãos a lutarem juntos pela superação da violência e construção da paz.



Por certo, só se alcança a paz por meio da solidariedade. O substantivo “solidariedade”, de acordo com o Dicionário Houaiss (HOUAISS, 2001, p. 138), passou a fazer parte da língua portuguesa por volta do ano 1840. Claramente implícita no universo bíblico, o significado dessa palavra encontra referências em Maria, quando de sua visita à prima Isabel (cf. Lc 1,39-47); na parábola do bom samaritano (cf. Lc 10,25-37); no episódio da cura de um paralítico que chegou até Jesus, com a ajuda de amigos que o desceram pelo teto da casa em que se encontrava (cf. Mc 2,1-12); na descrição do Apóstolo Paulo, sobre o “corpo de Cristo” (cf. Rm 12). Esses são excelentes exemplos de solidariedade. Porém, o referencial máximo de solidariedade, encontramos no gesto eterno de Jesus de Nazaré, ao solidarizar-se com a humanidade até “à morte na cruz” (Fl 2,8).

De acordo com o Compêndio da Doutrina Social da Igreja (nº 193), a solidariedade “se apresenta sob dois aspectos complementares: o de princípio social e o de virtude moral”. Enquanto princípio social, a solidariedade deve ser vista como “princípio social ordenador das instituições, em base ao qual devem ser superadas as ‘estruturas de pecado’, que dominam as relações entre as pessoas e os povos; devem ser superadas e transformadas em estruturas de solidariedade, mediante a criação ou a oportuna modificação de leis, regras do mercado, ordenamentos” (ibid). Enquanto virtude moral, a solidariedade não se constitui num “sentimento de compaixão vaga ou de enternecimento superficial pelos males sofridos por tantas pessoas próximas ou distantes. Pelo contrário, é a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos” (ibid). Ao colocar-se na dimensão da justiça, a solidariedade eleva-se ao grau de virtude social fundamental, pois ela se orienta ao bem comum, em prol do bem do próximo, o que num sentido evangélico significa “‘perder-se’ em benefício do próximo em vez de o explorar, e ‘servi-lo’, em vez de o oprimir para proveito próprio (cf. Mt 10,40-42; 20,25; Mc 10,42-45; Lc 22, 25-27)” (ibid).

5 CFE 2010: desafios e perspectivas em prol da vida

Para 2010, a terceira edição da CFE traz como tema “*Economia e Vida*” e o lema “*Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro*” (Mt 6,24), tendo como objetivo geral “Colaborar na promoção de uma economia a serviço da vida, fundamentada no ideal da cultura da paz, a partir do



esforço conjunto das Igrejas Cristãs e de pessoas de boa vontade, para que todos contribuam na construção do bem comum em vista de uma sociedade sem exclusão” (CONIC, 2009, p. 9). Com apoio nas palavras de Jesus: “*Não acumuleis para vós tesouros na terra, onde as traças e os vermes arruinam tudo, onde os ladrões arrombam as paredes para roubar. Mas acumulai para vós tesouros no céu*” (Mt 6,19-20^a), o CONIC conclama todos para a construção de uma nova sociedade, educando-a na crença sobre a possibilidade de um novo modelo econômico, bem como denunciando “as distorções da realidade econômica existente, para que a economia esteja a serviço da vida” (ibid).

No intuito de atingir seus objetivos, a CFE 2010 adota como metodologia as seguintes estratégias: denunciar a perversidade do modelo econômico atual, educar para a prática de uma economia solidária que valorize a vida, e conchamar não só as Igrejas Cristãs e outras religiões, mas também toda a sociedade para desenvolver ações sociais e políticas “que levem à implantação de um modelo econômico de solidariedade e justiça para todas as pessoas” (p. 18). Tanto os objetivos, quanto as estratégias, serão trabalhados durante a realização da Campanha, em quatro níveis, a saber: social, eclesial, comunitário e pessoal.

Desde a primeira CFE, o CONIC vem trabalhando com temas significativos voltados à “valorização da pessoa, o cuidado da natureza e os grandes direitos dos seres humanos, compreendidos como filhos preciosos e amados do Criador” (p. 16). Para o ano de 2010, apresenta um tema que com certeza causará muita polêmica pois mexe com o coração (e com o bolso!) da sociedade pós-moderna, profundamente enraizada num modelo econômico injusto e opressor, responsável pela exploração dos mais fracos, em prol dos mais fortes, que acumulam cada vez mais, sem se preocupar com a dignidade da pessoa e o devido respeito aos direitos humanos. Longe de ser uma economia na forma idealizada pelo pensamento social cristão, “como atividade realizada por pessoas, devendo orientar-se ao serviço das pessoas, como o centro, protagonistas e razão de ser da vida econômica e social” (p. 17), orientada ao Bem Comum, o modelo atual é perverso, visando em primeiro lugar sempre o lucro, sendo responsável pela miséria, fome e morte que assola o país, principalmente no norte e nordeste brasileiro.



5.1 A economia brasileira em tempos de globalização

Vivemos numa era de incertezas, num mundo globalizado, em constantes transformações, dominado pelos meios de comunicação, pelo progresso da técnica, pelo cientificismo. Distâncias desaparecem, fronteiras são abertas e as culturas se mesclam e qualquer problema já não é mais tratado a nível local, mas a nível global. Um exemplo recente disso foi a crise econômica dos Estados Unidos, que se refletiu nas economias do mundo inteiro. A nossa economia, segundo a autoridade máxima do Executivo e vários cientistas políticos, saiu “fortalecida” dessa crise. Porém, se assim o foi, resta-nos perguntar: a que custo?

Dizer que a economia brasileira se sustenta perante as crises mundiais é uma forma de ludibriar a população, afirmando que tudo vai bem. Paga-se um custo muito alto na tentativa de que o Brasil passe de um país emergente de terceiro mundo, para um país de primeiro mundo, pois as riquezas deste País se concentram cada vez mais nas mãos de poucos, fazendo com que a pobreza aumente mais e mais, e o pior: nunca o Brasil esteve num estado de anomia tão grande como agora: o sistema de saúde está falido; o setor político-administrativo nunca esteve tão desacreditado como agora, devido à corrupção, desde o mais baixo ao mais alto escalão dos três poderes da República; a violência urbana cresce assustadoramente e pessoas são assaltadas, violentadas e mortas a cada instante, sem contar com a prática do aborto, que parece ter-se legalmente sido institucionalizada. O homem tornou-se predador do próprio homem. Matam-se por motivos fúteis, banais, sem qualquer explicação. A vida tornou-se algo obsoleto, sem qualquer valor. Tira-se a vida do ser humano como se estivessem tirando a vida de um animal qualquer; o narcotráfico, que se infiltra escandalosamente no Brasil, principalmente originário da Colômbia, é o principal responsável pela violência que, além dos grandes centros urbanos, já atinge pequenas cidades antes tidas como lugares tranquilos e de paz. A falta de segurança se deve principalmente à não aplicabilidade das verbas públicas no combate à violência. O baixo salário pago aos policiais faz com que muitos deles, embora não se justifique, sejam atraídos pelo dinheiro fácil oferecido pelos narcotraficantes, preferindo vender-se a sobreviver com um salário de fome. Pode-se considerar como causa desse estado de anomia, a perda de valores éticos e morais, antes ensinados pela religião, mas que agora são trocados por valores impostos por uma sociedade de consumo



que desumaniza e massifica os indivíduos, fazendo com que eles sejam valorizados por aquilo que têm e não pelo que poderiam vir a ser.

Como dizer que a economia do Brasil vai bem, se estudos científicos recentes apontam para um futuro catastrófico e, se algo não for feito no sentido de se preservar o meio ambiente, a raça humana poderá ser varrida do globo terrestre? Importantes temas tais como: aquecimento global e efeito-estufa, destruição da camada de ozônio, poluição do meio ambiente, dentre outros, fazem parte da pauta de debates e das mesas de negociações de países e organismos internacionais que se preocupam com a preservação da vida no Planeta. Ora, o Brasil, o que tem feito nesse sentido? O mundo inteiro se volta para a região Amazônica, e o que o Brasil tem feito de concreto para combater o crescente desmatamento dessa floresta considerada o coração do mundo? É com tristeza que vemos o nosso Presidente da República declarar na imprensa que “mesmo se o Brasil fosse careca, haveria alguém em algum lugar cortando alguma coisa”, quando entrevistado sobre a questão de desmatamento zero, meta essa a ser atingida segundo ele somente em 2020 e não em 2015 como querem os ambientalistas do mundo inteiro.

Se a economia do Brasil vai bem, o que dizer de milhares e milhares de pessoas desempregadas? Da prostituição, principalmente a infantil, que aumenta mais e mais, quando adultos e crianças se prostituem para sustentar uma família inteira? O que dizer do trabalho escravo em que pessoas saem de seus lares em busca de uma vida melhor para suas famílias e caem nas mãos de fazendeiros inescrupulosos, que os exploram e os submetem a uma vida de servidão subumana? E o que dizer do trabalho infantil, em que crianças deixam a escola, para ganhar o pão para si e para a família, trabalhando também em condições subumanas? Com relação à pobreza no País, até mesmo as ações que o Governo tem praticado, embora sejam benéficas, não se constituem em ações de solidariedade, pois a intenção não é outra senão a do voto de cabresto. Ao oferecer cestas básicas para aliviar a fome da população deste país, por detrás disso, espera-se, como *feedback*, sucesso nas urnas eleitorais, em que aquele que recebe a cesta básica se torna um eleitor cativo daquele que a oferece. O medo de perder o sustento sem o qual não se pode sobreviver, faz com que o eleitor que vive da cesta básica vote pela sua continuidade.

Não, a economia do Brasil não vai bem. A mesma não tem-se voltado aos reais problemas que atingem nossa sociedade, principalmente



no que se refere ao desemprego, aos diversos tipos de violência, à fome, à saúde e ao meio ambiente. É preciso mudar esse quadro. Por isso, as propostas da Campanha da Fraternidade para 2010 vêm em boa hora e de forma ecumênica. Mas, pergunta-se: é possível mudar a economia brasileira?

5.2 A queda das ideologias: possibilidade de mudanças

Sabe-se que as grandes ideologias que dominaram o mundo no segundo milênio, desde a idade média, principalmente nas sociedades do Ocidente, jamais estiveram a serviço da vida, do Bem Comum, da dignidade da pessoa humana. A começar pelo feudalismo, com características político-religiosas, que se tornou “um brutal instrumento para a usurpação de direitos e a servidão humana” (VIEIRA, 2004, p. 43), até o capitalismo selvagem que domina o mundo de hoje, jamais estiveram a serviço do bem-estar comum e da dignidade do ser humano. Vivemos uma era de queda de grandes ideologias: “a ideologia do progresso ilimitado, a ideologia da revolução, a onipotência da ciência e da técnica” (LEXICON, 2003, p. 363), ou caíram ou estão passando por um processo de declínio irreversível.

O século XX foi marcado por uma bipolaridade entre duas variantes ideológicas, dominadas de um lado pelo sistema comunista, o “socialismo-marxista” e, por outro lado, pelo sistema capitalista ou “capitalismo-liberal”. De acordo com o grande economista Ives Gandra (2004, p. 92), a primeira ideologia pretendia “manter em mãos do Estado o controle de todos os meios de produção para que não houvesse desperdícios e a economia fluísse nos moldes das necessidades da sociedade”. A outra, pretendia que o Estado “fosse um mero regulador do mercado e que a economia fluísse exclusivamente de acordo com os interesses privados, sendo o livre comércio, nacional e internacional, a consagração de um regime de liberdade de agir ou escolher” (ibid, p. 93). A primeira veio abaixo quando da queda do muro de Berlim, com a União Soviética abrindo suas portas para a entrada do capital estrangeiro; e o que restou, foi uma nova configuração ideológica neocomunista, representada pela China. A segunda sofreu uma evolução: com o advento do neoliberalismo, o Estado acabou perdendo sua função reguladora do mercado. Portanto, atualmente observa-se a seguinte bipolaridade: A ideologia neoliberal, “que celebra a globalização da economia, a integração de países em grandes blocos econômicos e a formação de Estados-regiões”



(VIEIRA, 2004, p. 52) e, contracenando com essa ideologia, o neocomunismo chinês, “em nova configuração ideológica, abrindo horizontes de parceria com o capitalismo, ingressando na OMC e investindo pesado no desenvolvimento científico e tecnológico [...] com produção, moeda forte, tecnologia e um avanço científico espacial” (ibid).

Essas ideologias, como vimos, embora sofram oposição em seus princípios, na prática se unem a fim de se fortalecerem e se constituírem numa grande economia global. Portanto, ao se falar em mudanças na economia brasileira, não se pode deixar de lado o fato de que vivemos num mundo globalizado em que não existem mais fronteiras para o comércio e que a economia Brasileira está atrelada à economia mundial. Qualquer alteração que possa querer realizar na economia local, tem que ser pensada a nível global.

Ao se trabalhar a CFE 2010, deve-se considerar que vivemos num mundo pós-moderno, globalizado, e não se tomam mais decisões pequenas, a nível local, mas tomam-se grandes decisões, a nível mundial. De fato, como vimos, no que se refere à economia, a mesma está globalizada, e qualquer mudança, nesse sentido, não acontecerá da noite para o dia. Será antes, um processo demorado, e quaisquer mudanças verdadeiras jamais virão de cima e sim de debaixo, das bases. Nesse sentido, procede a preocupação do CONIC quando se questiona “como fazer para que essas preocupações (os desafios propostos) não sejam transitórias, mas se tornem, de fato, balizamento moral permanente” (p. 11). Chegou a hora de sensibilizar todos os cristãos para que os objetivos propostos pelo CONIC, para a CFE 2010, possam ser concretizados. Devemos tomar consciência de que, se não houver uma mobilização geral de nossa sociedade como um todo, por meio do diálogo, envolvendo não somente as igrejas cristãs, mas também outras religiões, bem como outros setores da nossa sociedade, diga-se pessoas ou organismos nacionais e internacionais ligados ao tema da Campanha, jamais será possível realizar aquilo que ora se propõe.

Conclusão

Chegou o momento de deixarmos de lado as diferenças. Ficar atacando um ao outro é um comportamento que já não se sustenta mais. Pensar somente em si ou em sua instituição religiosa é pensar pequeno. Vivemos momentos por demais difíceis. Nós, cristãos, não podemos nos focalizar e nos apaixonar por nossa própria imagem, a exemplo de Nar-



ciso. É preciso nos focalizarmos no outro, embora esse outro possa ser diferente. Dom João Brás, arcebispo de Brasília, afirmou recentemente, numa palestra proferida numa convivência diaconal, que “pensar somente enquanto indivíduo não dá mais. A pessoa não existe sem a pessoa do outro. Se cada indivíduo é regra de si mesmo, não dá mais para sobreviver”. Viver para si é negar todos os ensinamentos de Cristo, que jamais pensou em si próprio. Na prática ecumênica, é preciso que aconteça um esvaziamento de si mesmo, uma quênose, colocando-se a serviço do outro, no exercício da caridade. O indivíduo que pensa somente em si, aos poucos vai construindo sua própria religião, sem voltar-se para os problemas da humanidade. É preciso pensar grande, pois afinal a salvação oferecida por Cristo, numa visão teológica ecumênica, tem um sentido de integralidade e de universalidade.

João Paulo II, em sua Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte*, escrita por ocasião do Jubileu do ano 2000, alerta os fiéis: “Antes de programar iniciativas concretas, é preciso promover uma espiritualidade de comunhão [...] com o coração voltado para o mistério da Trindade, que habita em nós e cuja luz há-de ser percebida também no rosto dos irmãos que estão ao nosso redor” (nº 43). Segundo o Papa, espiritualidade de comunhão é ainda “ver o que há de positivo no outro, para acolhê-lo e valorizá-lo como dom de Deus: um ‘dom para mim’, como o é para o irmão que diretamente o recebeu. Por fim, espiritualidade da comunhão é saber ‘criar espaço’ para o irmão, ‘levando os fardos uns dos outros’ (Gal 6,2) e rejeitando as tentações egoístas que sempre nos insidiam e geram competição, arrivismo, suspeitas, ciúmes” (ibid). Este é o caminho a ser seguido: promover, por ocasião desta CFE, uma espiritualidade ecumênica de comunhão, sem a qual, tudo o que se fizer em conjunto serão meras ilusões, cujos instrumentos exteriores para realização das metas propostas se revelarão “mais como estruturas sem alma, máscaras de comunhão, do que como vias para a sua expressão e crescimento” (ibid). É preciso resgatarmos o ponto central de nossa identidade como criaturas criadas à imagem e semelhança de Deus, verdadeiramente irmãos e irmãs uns dos outros.

Em tempos de Campanha da Fraternidade Ecumênica, é preciso sobretudo, resgatarmos a fé na Santíssima Trindade onde tudo é união, não havendo qualquer divisão. Se quisermos lutar por uma economia justa, voltada para a vida, para o bem-estar social, para a dignidade da pessoa humana, para a preservação da natureza, é preciso sairmos de nosso comodismo, de nosso individualismo, de nossa ética minimalista



e excludente e nos lançarmos a esta ação conjunta proposta pelo CONIC, lembrando-nos sempre de que qualquer mudança deve começar a partir de nós mesmos, e somente assim poderemos alcançar aquilo que aos olhos humanos possa parecer um sonho impossível mas que, para Deus, é certamente possível.

Referências:

BRAKEMEIER, Gottfried. Dignidade Humana e Paz: Reflexões sobre o tema da Campanha da Fraternidade 2000. In: HACKMANN, Geraldo Luiz Borges (Org.). *Sub Umbris Fideliter*: Festschrift em homenagem a Frei Boaventura Kloppenburg. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

SINNER, Rudolf Von. *Confiança e Convivência*: Reflexões éticas e ecumênicas. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2007.

BIZON, José. A unidade na diversidade: coletânea de artigos em comemoração aos 40 anos do decreto *Unitatis Redintegratio* sobre o Ecumenismo. São Paulo: Loyola, 2004.

BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. *Cultura da paz e prevenção da violência*. São Paulo: Loyola, 2003.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais*: Sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 1999.

VELOSO, Dom Eurico dos Santos. *Que todos sejam um, assim como tu, Pai estás em mim e eu em Ti*. São Paulo: Canção Nova Notícias, 2007. Disponível no site: <http://noticias.cancaonova.com/noticia.php?id=233241>, acessado em 26/11/2009.

NAVARRO, Juan Bosch. *Para compreender o ecumenismo*. São Paulo: Loyola, 1995.

VERCRUYSSSE, Jos E. *Introdução à teologia ecumênica*. São Paulo: Loyola, 1998.

SÁNCHEZ, Jesús Hortal. *E haverá um só rebanho*: história, doutrina e prática católica do ecumenismo. São Paulo: Loyola, 1989.

VIEIRA, Eurípedes Falcão; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. *A dialética da pós-modernidade*: A sociedade em transformação. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.



LEXICON: Dicionário Teológico Enciclopédico. Trad. NETTO, João Paixão; MACHADO, Alda da Anunciação. São Paulo: Loyola, 2003.

JOÃO PAULO II, Papa. *Carta Apostólica Novo Millennio Ineunte*, ao episcopado, ao clero e aos fiéis no termo do Grande Jubileu do ano 2000.

Endereço do Autor:

ITESC
Rua Dep. Antônio Edu Vieira, 1524
Pantanal
88040-001 Florianópolis, SC